

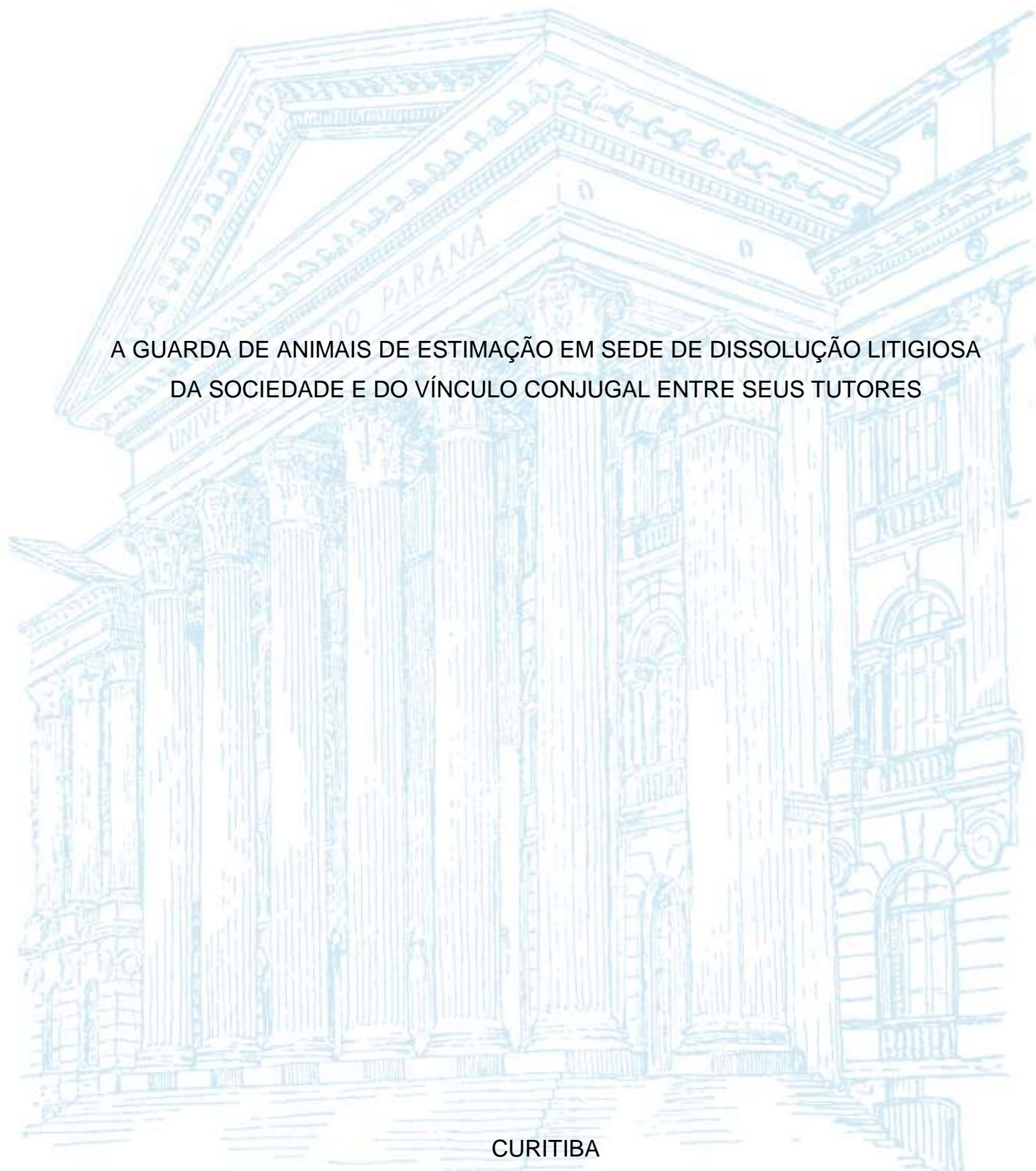
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAOMI MARQUES HASHIMOTO

A GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM SEDE DE DISSOLUÇÃO LITIGIOSA  
DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL ENTRE SEUS TUTORES

CURITIBA

2019



NAOMI MARQUES HASHIMOTO

A GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM SEDE DE DISSOLUÇÃO LITIGIOSA  
DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL ENTRE SEUS TUTORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à conclusão do curso de  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Pedroso Xavier

CURITIBA

2019

## **A Guarda de Animais de Estimação em Sede de Dissolução Litigiosa da Sociedade e do Vínculo Conjugal entre seus Tutores**

Naomi Marques Hashimoto

### **RESUMO**

No Brasil, constata-se um movimento de aumento da quantidade de animais de estimação dentro dos espaços íntimos dos lares. Tais animais vêm tomando tamanha importância que seu papel dentro das entidades familiares é considerado indispensável, formando-se, assim, a família multiespécie. Apesar disso, ainda existe uma grande lacuna legislativa no que tange à tutela de fenômenos jurídicos decorrentes da família multiespécie, como a guarda de animais domésticos em situações de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus tutores. O presente artigo pretende evidenciar como os tribunais judiciais estão tratando desse assunto em suas decisões, servindo-se de uma análise comparativa ao ordenamento jurídico português, bem como de um posicionamento crítico quanto à necessidade de uma tutela jurídica distinta da que existe hoje.

Palavras-chave: Animal de estimação. Guarda. Família multiespécie. Dissolução litigiosa.

### **ABSTRACT**

In Brazil, it is possible to notice an increase of the amount of pets inside the intimate spaces of homes. Those animals have been taking on such importance that their function inside family entities is considered indispensable, creating, ergo, the multispecies family. Despite this, there is still a large legislative gap regarding the protection of legal phenomena arising from the multispecies family, such as the guard of domestic animals in situations of contentious dissolution of society and the marital bond between their guardians. This article aims to display how the courts are dealing with this issue in their decisions, using a comparative analysis of the Portuguese legal system, as well as a critical position regarding the need for a different legal protection from what exists today.

Keywords: Pet. Guard. Multispecies family. Litigation dissolution.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1</b>	<b>O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>A APLICABILIDADE DAS NORMAS QUE REGEM A GUARDA DOS FILHOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>A GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE AMPARO JURÍDICO BRASILEIRO AO DIREITO DE GUARDA DOS ANIMAIS DE COMPANHIA.....</b>	<b>21</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## INTRODUÇÃO

Nas famílias brasileiras, os animais domésticos preenchem um espaço afetivo de grande valor, sendo considerados, por muitas pessoas, membros integrantes da entidade familiar. Estudos feitos pelo IBGE indicam que a quantidade de cães de estimação supera a de crianças nos lares brasileiros<sup>1</sup>. O Instituto Pet Brasil divulgou, neste ano (2019), que foram contabilizados 139,3 milhões de animais de estimação do Brasil, em 2018<sup>2</sup>.

Esses levantamentos apontam para a normalização da convivência entre as pessoas e seus *pets* dentro dos lares brasileiros. Ademais, é sabido que os animais domésticos desempenham um papel de grande relevância na vida das pessoas, por motivos diversos.

Marianna Chaves<sup>3</sup> aduz que até o Judiciário passou a assimilar os animais de companhia de forma diferente. A autora menciona situações como perdas de animais por companhias aéreas, hipóteses de crueldade, lesões ou morte ocasionada por terceiros, etc.

Essas circunstâncias surgem do fato de que os animais, hoje em dia, são pertencentes à grande parcela das famílias brasileiras. Mais que isso, estes animais são, muitas vezes, considerados como membros da família.

Diante disso, a proteção da tutela dos animais mostra-se um elemento essencial ao Direito brasileiro. Nada obstante, o ordenamento jurídico ainda não possui previsão normativa para regular o direito da guarda com os animais de estimação após o fim do casamento ou da união estável.

Sem embargo, lides relacionadas a animais de companhia já estão chegando à esfera do Judiciário, principalmente nas Varas Cíveis, de Direito Privado e de

---

<sup>1</sup> KNOPOCH, Carol. Brasil tem mais cachorros de estimação do que crianças, diz pesquisa do IBGE. **O Globo**, 02 jun. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-tem-mais-cachorros-de-estimacao-do-que-criancas-diz-pesquisa-do-ibge-16325739>> Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>2</sup> Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil. **Editora Stilo**, 2019. Disponível em: <<https://www.editorastilo.com.br/cento-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>3</sup> CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 4.

Família, resultando em decisões que permitem a definição da custódia desses animais, visto que a Jurisprudência, em sua maioria, não os tem tratado como coisas.

O presente artigo busca, primeiramente, apresentar o conceito de família multiespécie e, em seguida, evidenciar e problematizar essa lacuna legislativa como uma necessidade para a solução da problemática da guarda de animais de companhia que vem atingindo os tribunais brasileiros.

## 1 O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE

Em razão do grande fluxo de transformações de valores e práticas sociais que perpassam pela sociedade, o conceito jurídico de família é um dos que mais sofreu alterações no decorrer dos anos. Muito debate-se, atualmente, acerca do pluralismo das entidades familiares, o qual aponta a caminhos desafiadores quando colocado frente à atuação efetiva da prática jurídica.

A Constituição Federal da República Brasileira de 1988 dispõe do conteúdo em seu artigo 226<sup>4</sup>, designando a família como a base da sociedade, tendo esta proteção do Estado. Em seu terceiro e quarto parágrafos, versa-se sobre o conceito de entidade familiar, qualificando-a como a união estável entre homem e mulher, bem como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

O texto magno, ao cuidar da matéria da família, arrola, em seus parágrafos subsequentes, algumas conceituações de entidades familiares, elencadas de forma meramente exemplificativa. Isso porque, em consonância com Orlando Gomes<sup>5</sup>, “a tipicidade é aberta, exemplificativa, enriquecida com a experiência da vida”.

Nesse diapasão, cabe consignar o entendimento de Giselda Hinoraka<sup>6</sup>, a qual alude não haver rol taxativo pelo qual seja possível designar todas as estruturas familiares. Outrossim, ensina que, em que pese a ausência de reconhecimento por lei, “a nossa legislação tem-se mostrado incapaz de acompanhar a evolução, a velocidade e a complexidade dos mais diversos modelos de núcleo familiares que se apresentam como verdadeiras entidades familiares”

A respeito desse assunto, Paulo Lobo explica que “a interpretação de uma norma ampla não pode suprimir de seus efeitos situações e tipos comuns, restringindo direitos subjetivos”. Não é cabível, portanto, o prejuízo de pessoas humanas pertencentes às entidades familiares para que as normas sejam objetivamente cumpridas, visto que, de acordo com o autor, a especificação de determinados tipos jurídicos não acarreta na implantação de cláusula de exclusão.

---

<sup>4</sup>Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

<sup>5</sup> GOMES, Orlando. O Novo Direito de Família. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 1984, p. 66.

<sup>6</sup>HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes et al. **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 57.

Assim sendo, infere-se que a Constituição Federal não prevê tipos de entidades familiares *numerus clausus*, não havendo que se falar em impedimentos quanto à formação de composições familiares.

Outrossim, em atenção ao fato já elucidado de que a família é objeto em constante transmutação, condicionada à sociedade e aos fatos que nela ocorrem, verifica-se um movimento em crescente: o da reconhecimento de formações familiares unidas por laços afetivos. Diante disso, o Direito compreende e agasalha a busca dos indivíduos por seus alicerces no afeto e na felicidade como forma de realização de cada um dos membros familiares<sup>7</sup>.

Nessa seara, surge o termo da “Família Multiespécie” como uma novidade no Direito de Família. Dias<sup>8</sup> conceitua a expressão como “aquela formada por humanos e seus animais de estimação, quando considerados membros ou, até mesmo, filhos”.

A família multiespécie vem adquirindo popularidade desde que os animais de estimação foram impulsionados aos espaços de convivência íntima das casas, passando a compartilhar os mais diversos momentos da rotina familiar. Em grande medida, tal fenômeno, no Brasil, remete ao final do século XX, tendo sido fruto da disseminação de raças de cães de pequeno porte no país<sup>9</sup>.

A fim de que a família multiespécie tenha seu conceito assentado, entende-se ser necessária a investigação dos diferentes critérios que a caracterizem como tal. Ceres Berger Faraco, doutor em psicologia, concebe a família multiespécie como aquela cujos membros são humanos e animais de estimação que convivem respeitosa e possuem interações significativas<sup>10</sup>. Mas também reporta ao entendimento de Bowen, que compreende a supracitada conceituação como um sistema familiar emocional composto por laços de afeto, e não necessariamente por

---

<sup>7</sup>NETTO, Ernesto J. Silveira. **A busca da felicidade no âmbito do direito de família e sucessões**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1286/A+busca+da+felicidade+no+%C3%A2mbito+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+e+Sucess%C3%B5es>>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 1.

<sup>8</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família: uma nova realidade**. In: Revista Jus Navengandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 1.

<sup>9</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 2.

<sup>10</sup>FARACO, Ceres Berger. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespécie**. Tese de doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 46.



laços de sangue<sup>11</sup>. Para Katcher e Beck, por sua vez, a convivência dentro de casa é elemento fundamental<sup>12</sup>.

É dentro desse contexto que Maria Helena Lima elucida a respeito das diversas características que identificam uma família multiespécie, devendo estas serem sopesadas em conjunto: reconhecimento familiar; consideração moral; apego; convivência íntima; e inclusão em rituais<sup>13</sup>. Para a autora, a classificação da relação com animais como família multiespécie deve, necessariamente, conhecer ao menos três das cinco características a frente perscrutadas.

O reconhecimento familiar<sup>14</sup> é apercebido mediante apelidos carinhosos referidos aos animais, como “bebê” ou “filho”. Verifica-se, nesse sentido, certa naturalização e difusão do discurso familista.

A consideração moral<sup>15</sup> é termo utilizado por Peter Singer<sup>16</sup> e indica a existência da preocupação com as consequências que determinadas ações podem gerar para outrem. Um exemplo desse fator é a mudança de planos para que haja ajuste ao bem estar do animal, como ficar em casa para não deixá-lo sozinho<sup>17</sup>.

O apego<sup>18</sup> é outro fator subjetivo. Por exemplo, animais que não são admitidos dentro de casa normalmente possuem apego reduzido. Nessa mesma

---

<sup>11</sup>apud FARACO, Ceres Berger. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespécie**. Tese de doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p.38.

<sup>12</sup>apud FARACO, Ceres Berger. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespécie**. Tese de doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p.38.

<sup>13</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 10.

<sup>14</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 11.

<sup>15</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 12.

<sup>16</sup>apud LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 12.

<sup>17</sup>Não obstante, cabe ressaltar que a presença de consideração moral não é suficiente para estremar uma família multiespécie. Um exemplo seria o de que defensores de animais apresentam tal elemento, mas não criam animais em casa ou não possuem relação de afeto. (LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 12).

<sup>18</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 12.

seara, também é possível que um animal criado dentro de casa não seja alvo de afeto. Esses animais podem receber cuidados de higiene e saúde, mas não são tratados de maneira afetiva. Por outro lado, animais considerados membros da família recebem gestos afetuosos com frequência.

A convivência íntima<sup>19</sup> é elemento de diferença quando coteja-se os animais “membros da família” e os “propriedade da família”. Com os animais “propriedade da família”, fala-se em certo grau de proximidade. Com os animais “membros da família”, refere-se aqueles que interagem com as pessoas nos diversos ambientes da casa e interferem no planejamento da rotina.

Finalmente, a inclusão em rituais<sup>20</sup> é a presença dos animais de estimação em atividades consumadas por toda a família, como viagens, festas, fotos de família, troca de presentes, etc. Expõe a autora que a inclusão em rituais talvez seja o indicador mais seguro para a percepção de uma família multiespécie, pois implica também na convivência íntima e no apego.

Maria Ravelly Dias, por sua vez, aponta como elementos necessários para a constituição de família multiespécie a presença de afeto na relação humano-animal; a preocupação com o estado de saúde dos animais; o estabelecimento de convivência constante entre os membros humanos e os animais de companhia; a inclusão dos animais nas atividades realizadas pela família; e a consideração moral<sup>21</sup>.

Para Marianna Chaves,

O reconhecimento social da família multiespécie é irrefutável. A partir do momento em que se for criado uma legislação especial com elementos do Direito das Famílias ou aplicados – explicitamente – por analogia dispositivos desse mesmo ramo do Direito, esse reconhecimento passará para o mundo jurídico. Como foi mencionado no referido texto, de nada adianta afirmar que animais não são coisas e lhes aplicar o regime jurídico das coisas, a exemplo dos ordenamentos da Alemanha, Áustria e Suíça. Os nomes outorgados às realidades fáticas não tem o

---

<sup>19</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 13.

<sup>20</sup>LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 14.

<sup>21</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família: uma nova realidade**. In: Revista Jus Navegandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 1.

condão de lhes atribuir nova natureza jurídica. Ao revés, uma nova disciplina jurídica, ainda que inominada ou sem alusão ao nome “família”, mas que trouxesse fundamentos do Direito das Famílias, teria autoridade para indicar a verificação de uma família multiespécie formal, efetiva juridicamente. Por hora, parece que essa constatação se restringe ao mundo social e intrafamiliar<sup>22</sup>.

A despeito disso, a temática ainda não possui um posicionamento firmado na jurisprudência pátria, em virtude de que os animais não humanos possuem natureza jurídica de bem móvel para o Direito Civil<sup>23</sup>.

Em atenção ao exposto, tendo em mente a nova perspectiva do Direito sob a ótica dos animais e sua conquista de dignidade, bem como depreendendo-se essa nova realidade social em que animais de estimação são contemplados como membros da família multiespécie, torna-se o amoldamento do Judiciário imprescindível para que sejam atendidas e satisfeitas lides vinculadas ao tema.

Deve ser observado que este novo modelo de família merece, igualmente, proteção estatal. Dessarte, à vista de uma análise do que vem ocorrendo dentro dos tribunais atualmente, cuida o tópico seguinte no que concerne ao amparo jurídico que a família multiespécie vem recebendo, especificamente em relação à guarda dos animais de companhia.

---

<sup>22</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 30.

<sup>23</sup>MIRANDA, Aline de Fátima Lima Gomes de. **Os animais de estimação enquanto titulares de direitos na jurisprudência brasileira**. In: Revista Jus Navegandi, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/70880/os-animais-de-estimacao-enquanto-titulares-de-direitos-na-jurisprudencia-brasileira/3>>. Acesso em: 03 nov. 2019, p. 3.

## 2 A APLICABILIDADE DAS NORMAS QUE REGEM A GUARDA DOS FILHOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA

Como efeito da configuração da família multiespécie e do decorrente afeto presente na relação humano-animal, o Poder Judiciário vem sendo demandado em relação à guarda e custódia de animais de estimação. O notório crescimento da quantidade de animais de estimação, bem como dos divórcios e separações, acarreta, implacavelmente, em discussões e ações judiciais relativas à residência destes animais. Aqui, trata-se estritamente da circunstância da dissolução litigiosa da sociedade ou do vínculo conjugal de casais tutores de animais domésticos.

Um relevante questionamento conduzido por Maria Ravelly<sup>24</sup> tange ao contexto em que tais lides devem ser incorporadas: à vara de família ou à vara cível? Alude a autora que o primeiro caso<sup>25</sup> concernente a essa situação tem origem na 22ª (vigésima segunda) Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Refere-se ao ano de 2015, em sede de apelação, na qual o juízo deferiu uma espécie de posse compartilhada do cão de estimação em favor do casal. Cabe registrar que os litigantes pleiteavam, em primeiro grau, pela divisão dos bens comuns do casal, incluindo, entre os bens, o cachorro.

Nesse mesmo voto, o relator, Desembargador Marcelo Buhatem, salienta a respeito da carência de normatização pelo legislador, assim como entende pelo acolhimento dos animais de estimação como seres que compõem a família de forma afetiva em relação aos seus donos<sup>26</sup>.

Dando continuidade à questão apontada, deduz-se, mediante análises jurisprudenciais atuais, que a maioria das ações vinculadas à guarda de animais de estimação são submetidas às Varas Cíveis e de Direito Privado.

---

<sup>24</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família**: uma nova realidade. In: Revista Jus Navegandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 1.

<sup>25</sup>TJ-RJ. APELAÇÃO CÍVEL Nº 0019757-79.2013.8.19.0208. Relator: Desembargador Marcelo Lima Buhatem. DJ: 04/02/2015. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/164994749/andamento-do-processo-n-0019757-7920138190208-do-dia-04-02-2015-do-djrj>>. Acesso em: 18 out. 2019.

<sup>26</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família**: uma nova realidade. In: Revista Jus Navegandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 1.

Apesar disso, cabe ressaltar a contradição de que, em 2018, a 7ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP reconheceu que as varas de família são as competentes para solucionar questões relativas à guarda de animais de estimação<sup>27</sup>.

A subsequente jurisprudência atualizada comprova a escolha das Varas Cível e de Direito Privado para tratar sobre o tema.

Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. TUTELA DE URGÊNCIA. GUARDA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. INTERSECÇÕES ENTRE O DIREITO DAS COISAS E O DE FAMÍLIA. A ressignificação contemporânea do apreço dos animais de estimação dentro do núcleo familiar e a singularidade do afeto estabelecido transportam do Direito das Coisas para o de Família a discussão judicial acerca de suas custódias. Nesse particular, levando em consideração as variáveis do litígio vertente, dessome-se, a partir de uma cognição sumária, que a autora possui melhores condições para os cuidados necessários ao bem-estar do pet, devendo, por ora, permanecer com a guarda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO<sup>28</sup>.

Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado. AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO - ANIMAL DE ESTIMAÇÃO - AQUISIÇÃO DURANTE NAMORO - DISCUSSÃO SOBRE A PROPRIEDADE DO BEM - ACORDO FIRMADO - POSSE COMPARTILHADA - Incabível, no presente agravo de instrumento, a discussão sobre a questão de fundo da demanda, isto é, a propriedade do animal, sob pena de supressão de instância - em sede de tutela de urgência, analisa-se se tão somente a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 NCPC); - Muito se discute atualmente se animal deve ser considerado coisa ou ser. A jurisprudência deste E. Tribunal tem reconhecido que o animal integra o núcleo familiar - precedentes; - Presente demanda não deve ser tratada apenas como apreensão de uma “coisa” - deve-se levar em conta todas as peculiaridades do caso e os interesses das partes, que apresentam inquestionável estima pelo animal; - Apesar de não estar configurado o instituto da união estável, nos termos do art. 1723 e seguintes do Código Civil no presente caso,

---

<sup>27</sup>COELHO, Gabriela. STJ se divide sobre o dever de o Judiciário regulamentar guarda de animais. **Revista Consultor Jurídico**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/stj-divide-dever-judiciario-regular-guarda-animais>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>28</sup>TJ-GO. AGRAVO DE INSTRUMENTO 04509180220188090000. Relator: Fausto Moreira Diniz. Data de Julgamento: 03/04/2019. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <<https://tj-go.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/712851343/agravo-de-instrumento-cpc-ai-4509180220188090000?ref=serp>>. Acesso em: 18 out. 2019.

já que as partes apenas mantiveram namoro, não há óbice para que seja instituída posse compartilhada do animal, nos moldes de uma “guarda compartilhada”. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO<sup>29</sup>.

Isto posto, verifica-se, além do mais, que todas as decisões supracitadas levam em consideração institutos que são utilizados pelo Direito de Família quando versa-se sobre a guarda de crianças.

O primeiro julgamento trata de pedido de tutela de urgência pela guarda da cachorra da autora. O recurso advém do indeferimento da liminar pelo juízo. Ao abordar que “a autora possui melhores condições para os cuidados necessários ao bem-estar do pet”, podemos confrontar com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente<sup>30</sup>, norteador de circunstâncias jurídicas que envolvam menores de idade sob o poder familiar. Dias realça que “nas ações que envolvam guarda, o interesse do menor se posiciona hierarquicamente superior ao desejo e vontade dos pais, só assim será alcançado com integralidade a proteção dos direitos do menor”<sup>31</sup>.

Em analogia ao princípio do melhor interesse da criança, o melhor interesse do *pet* revela-se como um conceito jurídico indeterminado, o qual, à luz de Chaves, “deverá ser materializado pelo juiz na análise dos elementos do caso concreto, sempre em busca do bem-estar do animal em causa”<sup>32</sup>.

A segunda decisão, por sua vez, trata de recurso interposto em razão do indeferimento de liminar de busca e apreensão do animal de estimação de um casal de namorados que adquiriu o *pet* enquanto mantinham relação amorosa. Nesse caso, é muito interessante observar que as partes, tutores do animal doméstico, não possuíam sequer relação conjugal ou de união estável, mas sim de namoro. Mesmo assim, a decisão entende que, em que pese a não configuração de união estável, nos

---

<sup>29</sup> TJ-SP. AGRAVO DE INSTRUMENTO 21972952120178260000. Relator: Maria Lúcia Pizzotti. Data de Julgamento: 20/06/2018. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/594316418/21972952120178260000-sp-2197295-2120178260000?ref=serp>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>30</sup> Camila de Jesus Mello Gonçalves compreende tal princípio como “expresso [...] na Convenção (dos Direitos da Criança) e no Decreto (Executivo nº 99.710), forçoso concluir que está inserido e integrado ao direito positivo brasileiro, originário de norma internacional, com status interno de lei federal, e obrigatório por força da CB, do que decorre a vinculação dos operadores do direito à sua observância.”

<sup>31</sup> DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família: uma nova realidade.** In: Revista Jus Navengandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 2.

<sup>32</sup> CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável:** Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 21.

termos do art. 1723 e seguintes do Código Civil, não há óbice para que seja instituída posse compartilhada do animal.

Em realidade, é possível compreender que, simplesmente por trazerem o conceito de guarda, tais decisões já imputam correspondência com o instituto da guarda de filhos. Isso porque, em consonância com a opinião de Marianna Chaves, guarda é a atribuição a ambos os pais ou a apenas um dos encargos de cuidado, zelo e proteção do filho, bem como preservar a continuidade da convivência<sup>33</sup>.

Chaves deslinda que uma análise à História das Famílias pode demonstrar que essa aproximação das normas que tratam de infantes e das que tratam de animais não é tão insensata quanto pode parecer para algumas pessoas. Isso porque, há alguns séculos atrás, tanto os animais quanto as crianças eram enxergados como propriedades de seus donos, que deles poderiam dispor da maneira que lhe aprouvesse, sem qualquer consequência legal<sup>34</sup>.

Maria Ravelly Dias tece comparação, em sua obra, do exercício da parentalidade com filhos humanos e dentro da interação humano-animal, perante relações de cuidados e preocupações. Para a autora, “parece no mínimo insensível, a postura de alguns aplicadores do direito em considerar o animal de estimação, tratado e considerado como filho, como mero objeto, sem levar em consideração todo afeto existente na relação”<sup>35</sup>. Aqui, aponta-se que entendimento de Dias associa-se perfeitamente ao conceito já apresentado e defendido no primeiro capítulo: o da família multiespécie.

Um caso com vínculo ao conteúdo exposto foi julgado pelo Magistrado Fernando Henrique Pinto e teve notícia divulgada no site do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), conforme segue:

Conforme o juiz, o cão não pode ser vendido, para que a renda seja dividida entre o antigo casal. Além disso, o juiz afirmou que por se tratar de um ser vivo, a sentença deve levar em conta critérios éticos e cabe analogia com a guarda de humano incapaz. O magistrado citou alguns estudos científicos sobre o

---

<sup>33</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 22.

<sup>34</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 20.

<sup>35</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família**: uma nova realidade. In: Revista Jus Navengandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 2.

comportamento de animais e leis relacionadas ao tema e afirmou que diante da realidade científica, normativa e jurisprudencial, não se pode resolver a partilha de um animal (não humano) doméstico, por exemplo, por alienação judicial e posterior divisão do produto da venda, porque ele não é uma “coisa”.

O casal está em processo de dissolução conjugal e, provisoriamente, a guarda do cão será alternada: uma semana de permanência na casa de cada um. A ação tramita em segredo de justiça por envolver questão de Direito de Família.<sup>36</sup>

Outra pontuação pertinente assinalada por Chaves é a de que, “se as leis continuarem a considerar os pets como mera propriedade, não irá demorar muito até que os animais de estimação, como as crianças, tornem-se peões usados por seus “pais” durante um processo de divórcio para causarem dano emocional um ao outro”<sup>37</sup>.

O artigo 82<sup>38</sup>, primeira parte, do Código Civil vigente possui redação idêntica ao Código Civil de 1916, posicionando os semoventes como “móveis os bens suscetíveis de movimento próprio”, isto é, tratando os animais como objeto. Em análise de Fernando Speck de Souza e Rafael Speck de Souza, averigua-se a preponderância da concepção da dignidade centrada no humano<sup>39</sup>.

Nesse sentido, observa-se jurisprudência relativamente recente, que considera inviável a aplicação do instituto de guarda compartilhada aos animais de estimação, em razão de se tratarem de bens semoventes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. GUARDA-COMPARTILHADA. INSTITUTO DO DIREITO DE FAMÍLIA. APLICAÇÃO AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. DISCÓRDIA ACERCA DA POSSE DOS BICHOS. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A tutela de urgência está disciplinada nos artigos 300 e seguintes do Código de Processo Civil, cujos pilares são a probabilidade do direito e o

<sup>36</sup>Justiça de SP determina guarda compartilhada de animal de estimação durante processo de divórcio. Site IBDFAM, 2016, p. 1. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5905/Justi%C3%A7a+de+SP+determina+guarda+compartilhada+d e+animal+de+estima%C3%A7%C3%A3o+durante+processo+de+div%C3%B3rcio>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>37</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável: Reconhecimento da família multiespécie?**. Artigo Científico, 2015, apud SHUFFIELD, 2009, p. 101.

<sup>38</sup>Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

<sup>39</sup>SOUZA, Fernando Speck de; SOUZA, Rafael Soeck de. **A tutela jurídica dos animais no Direito Civil Contemporâneo** (parte 3). In: Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-04/tutela-juridica-animais-direito-civil-contemporaneo-parte>>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 1.



perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Inexiste plausibilidade jurídica no pedido de aplicação do instituto de família, mais especificamente a guarda compartilhada, aos animais de estimação, quando os consortes não têm consenso a quem caberá a posse dos bichos. **Tratando-se de semoventes, são tratados como coisas pelo Código Civil e como tal devem ser compartilhados, caso reste configurado que foram adquiridos com esforço comum e no curso do casamento ou da entidade familiar** (artigo 1.725, CC). 3. In casu, ausente o prévio reconhecimento da união estável, deve-se aguardar a devida instrução e formação do conjunto probatório, para se decidir sobre os bens a partilhar. Ademais, é vedado ao magistrado proferir decisão de natureza diversa da pedida, em observância ao princípio da adstrição ou congruência, nos termos do artigo 492 do Código de Processo Civil. 4. AGRADO CONHECIDO E NÃO PROVIDO<sup>40</sup>. (grifo nosso)

A Constituição de 1988, sem embargo, dispõe em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII<sup>41</sup>, marco textual que permite uma interpretação que contempla a dignidade animal e viabiliza a construção jurisprudencial do conceito de não crueldade animal<sup>42</sup>.

Nesse contexto, perante a inexistência de legislação específica para regular a relação entre os animais de estimação e seus possuidores, deduz-se ser conveniente a utilização de normas relativas à pessoa dos filhos para o amparo de animais domésticos, que, muitas vezes, são considerados de igual relevância às crianças.

Para Dias, destarte, “diante da inércia do legislador em acompanhar as mudanças da sociedade, inexistindo, portanto, legislação específica que regule a situação em questão, pugna-se pela aplicação das normas da proteção da pessoa

---

<sup>40</sup> TJ-DF. AGRADO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. Relator: Luís Gustavo B. de Oliveira. DJ: 04/05/2017. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/457779090/20160020474570-0050135-8820168070000>>. Acesso em: 10 out. 2019.

<sup>41</sup> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

<sup>42</sup> SOUZA, Fernando Speck de; SOUZA, Rafael Soeck de. **A tutela jurídica dos animais no Direito Civil Contemporâneo** (parte 3). In: Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-04/tutela-juridica-animais-direito-civil-contemporaneo-parte>>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 1.

dos filhos aos animais de estimação, visto que os mesmos não podem ser vistos como meros objetos suscetíveis a divisão patrimonial”<sup>43</sup>.

Marianna Chaves compreende a aplicação das normas da proteção da pessoa dos filhos aos animais de estimação como uma solução baseada no Direito das Famílias, devendo ser empregada com as devidas adaptações, enquanto uma regulação própria não for editada. Impende-se, por conseguinte, a indispensabilidade da criação de um estatuto especial, como veremos a seguir.

---

<sup>43</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, apud SHUFFIELD, 2009, p. 101.

### 3 A GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

Os direitos básicos aos animais tiveram notável manifestação quando alicerçados aos fortes movimentos em favor dos direitos humanos, a partir da 2ª Guerra Mundial<sup>44</sup>. São exemplos de ordenamentos jurídicos que instituem, expressamente, que animais não são coisas os da Áustria, da Alemanha e da Suíça. Atualmente, contamos com ordenamentos ainda mais avançados, como da França e da Nova Zelândia, os quais designam os animais como seres sencientes<sup>45</sup>.

A título de exemplo, a Constituição Alemã, em seu artigo 20-A, compreende ser dever do Estado a proteção de fundamentos naturais da vida e dos animais através de legislação. Ou melhor, toca na temática dos animais de maneira abstrata e imprecisa. A despeito disso, reconhece-se que o Código Civil alemão foi precursor na separação entre coisas e animais, pois, em seu artigo 90-A, prevê que os animais não são coisas, mas sim protegidos por leis especiais<sup>46</sup>.

Por sua vez, a Constituição da Suíça – *Constitution fédérale de La Confédération Suisse*, em seu artigo 651-A<sup>47</sup>, dispõe declaradamente a respeito de casos de disputa da guarda do animal de companhia, devendo o juiz conceder, “em caso de litígio, à parte que, sob critérios de proteção ao animal, representar a melhor solução para o animal”, isto é, levando-se em conta o superior interesse do animal<sup>48</sup>.

Nada obstante, dentro do tema abordado, cabe especial destaque ao Direito Português, em virtude da aprovação da Lei 8 de 2017. Adverte-se que, anteriormente a essa reforma, o ordenamento jurídico português tratava dos animais como coisas móveis. Quanto a isso, António Torres tece pesada crítica, em sua obra “A (in)dignidade jurídica do animal no ordenamento português”, de 2016, entendendo que

---

<sup>44</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, apud MCLAIN, 2010, p. 153.

<sup>45</sup>CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015, p. 2.

<sup>46</sup>SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais**: natureza jurídica. A visão do direito civil. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017, p. 903.

<sup>47</sup>“Lors qu'ils'agit d'animaux qui vivente em milieu domestique et ne sont pas gardés dans um but patrimonial ou de gain, le juge attribue encas de litigela propriété exclusive à lapartiequi, em virtudes critères appliqués em matière de protection des animaux, represente la meilleure solution pour l'animal”

<sup>48</sup>TORRES, António Jorge Martins. **A (In)Dignidade Jurídica do Animal no Ordenamento Jurídico Português**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante na Área de Ciências Jurídico-Forenses apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2016, p. 28.

o Código Português era dotado de medidas populistas, tomadas com o intuito de agradar a população, sendo tais “medidas tão mal ponderadas que negligenciaram quem realmente interessa - os animais”<sup>49</sup>.

Para Thomas Nosch Gonçalves, a Lei 8/2017 é um “verdadeiro Estatuto dos Animais”, visto que os animais não são agasalhados na perspectiva de possuírem personalidade jurídica, mas sim senciência e sentimento.

José Fernando Simão<sup>50</sup> explica que a interpretação dessa matéria dentro do ordenamento jurídico português deve se dar mediante a harmonização de dois artigos: o 201-B<sup>51</sup> e o 201-D<sup>52</sup>. O primeiro dispositivo ocupa-se da qualidade dos animais, ou seja, seres dotados de sensibilidade. O segundo, no que lhe concerne, elucida que as regras relativas às coisas só serão aplicadas se compatíveis com a sua natureza.

Nesse diapasão, os animais prosseguem como objetos de contratos de compra e venda, doação, locação, etc., mas, por serem dotados de sensibilidade, deve ser levado em conta seu bem-estar. Tal fato, revela Simão, significa a limitação do poder de propriedade.

Primeiramente, dentro do sistema português, calha falar sobre a submissão dos animais a um poder funcional, ou melhor, considera-se prevalentemente o “objeto” em detrimento do agente que exerce o poder<sup>53</sup>. Este poder funcional também pode ser observado em casos com menores e incapazes. Em outras palavras, analisa-se o bem-estar do animal, em vista da primazia de seu interesse.

Nesse contexto, Simão também destaca a relevância do artigo 1793-A do Código Civil português, o qual dispõe:

Artigo 1793-A. Animais de companhia. Os animais de companhia são confiados a um ou a ambos os cônjuges, considerando, nomeadamente, os interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal e também o bem-estar do animal.

---

<sup>49</sup>TORRES, António Jorge Martins. **A (In)Dignidade Jurídica do Animal no Ordenamento Jurídico Português**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante na Área de Ciências Jurídico-Forenses apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2016, p. 74.

<sup>50</sup>SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais: natureza jurídica. A visão do direito civil**. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017, p. 904.

<sup>51</sup> 201-B. Animais. Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.

<sup>52</sup> 201.-D Regime subsidiário. Na ausência de lei especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza.

<sup>53</sup>SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais: natureza jurídica. A visão do direito civil**. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017, p.904 e 905.

É curioso perceber que o supracitado texto foi inserido no Livro de Família, Capítulo XII - Divórcio e separação judicial de pessoas e bens, o qual cuida do fim da conjugalidade. Depreende-se que o animal não deve seguir as regras das coisas para fins de partilha, mas sim deverá o juízo pautar sua decisão em conformidade com as condições de aptidão para cuidados de seus tutores, dos filhos do casal e com o bem-estar animal.

A guarda do animal doméstico poderá ser unilateral de um dos cônjuges ou poderá ser compartilhada, decisão a ser condicionada pelas situações fáticas e pelas provas colhidas pelo magistrado<sup>54</sup>.

Cabe ressaltar, finalmente, que há uma brecha na legislação quando diz respeito ao fim da união estável. José Simão<sup>55</sup> afirma que não existe nenhuma regra nessa hipótese, mas que deve ser utilizado o mecanismo da analogia para preencher a lacuna, qual seja, entre união estável e casamento. Em que pese a não admissão da aplicação das regras do casamento para as uniões estáveis, entende o autor que esta torna-se adequada em questões pessoais e patrimoniais. Além disso, volta-se à questão funcionalidade do bem-estar animal.

Em função de todo o explicitado, Thomas Gonçalves defende que o direito brasileiro necessita de certa influência do país lusitano, devendo trazer a ideia de animais sencientes, com afeto e pertencentes à entidade familiar. Finaliza com a alusão à possibilidade, na dissolução ou no divórcio, do estabelecimento pelo Judiciário Brasileiro da guarda dos animais de companhia<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup>SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais**: natureza jurídica. A visão do direito civil. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017, p. 908.

<sup>55</sup>SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais**: natureza jurídica. A visão do direito civil. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017, p. 909.

<sup>56</sup>GONÇALVES, Thomas Nosch. **Família multiespécie e divórcio extrajudicial com guarda de animais sencientes**. In: Revista IBDFAM – Famílias e Sucessões, 30ª Ed, 2019.

### 3.1 A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE AMPARO JURÍDICO BRASILEIRO AO DIREITO DE GUARDA DOS ANIMAIS DE COMPANHIA

Em que pese o desenvolvimento e a evolução da temática da guarda de animais de companhia nas legislações estrangeiras, percebe-se que a realidade brasileira não desfruta de amparo jurídico com legislação especial nesse sentido. Sem embargo, o judiciário brasileiro está recebendo, constante e exponencialmente, demandas que tratam do referido assunto e que não podem se omitir de decisões pelo simples fato de não terem um agasalho normativo.

Maria Ravelly Dias expõe que tais lides estão sendo deslindadas, no que couber, nos ditames do instituto da guarda que diz respeito à proteção à pessoa dos filhos<sup>57</sup>, como já elucidado no segundo capítulo do presente artigo científico. Merece, todavia, análise quanto à sua aplicabilidade e ao seu cabimento, vez que o instituto da guarda é reservado, dentro das normas legislativas, à pessoa dos filhos, e não aos animais não-humanos.

Cabe consignar, no entanto, as tentativas de solucionar a questão da ausência de legislação específica no Brasil. Muito recentemente, em 07 de agosto de 2019, o plenário do Senado aprovou Projeto de Lei (PLC 27/18)<sup>58</sup> que cria o regime jurídico especial para os animais. O conteúdo aprovado declara que os animais não poderão mais ser considerados “coisas”, passando a ter natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados e como seres sencientes.

Menciona-se, ademais, o Projeto de Lei sob nº 1058 de 2011, do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), que previa a regulamentação da guarda de animais para o divórcio, mas que já foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Dentro da justificção do PL, o deputado entende que, por serem tutelados pelo Estado, os animais não podem mais ser tratados como objetos nesses casos, devendo ocorrer a estipulação de critérios objetivos para a fundamentação do juízo.

---

<sup>57</sup>DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família**: uma nova realidade. In: Revista Jus Navengandi, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019, p. 1.

<sup>58</sup>Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2018. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Também arquivado foi o Projeto de Lei proposto em 2015, sob nº 1365, de Ricardo Tripoli (PSDB-SP). Dispunha igualmente sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores.

Outrossim, ainda tramita na Câmara o Projeto de Lei do Senado de nº 542, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES), o qual dispõe sobre a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de dissolução do casamento ou da união estável. A proposta, aqui, é a alteração do Código de Processo Civil, a fim de determinar a aplicação das normas das ações de família aos processos contenciosos de custódia de animais de estimação.

Outro projeto em tramitação na Câmara é o Projeto de Lei sob nº 62, proposto por Fred Costa (PATRI-MG), que foi apresentado em fevereiro de 2019, tendo sido sua última ação legislativa, em 20 de novembro de 2019, a aprovação do parecer por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Nesse parecer aprovado, posiciona-se o relator compreendendo ser o Projeto de Lei absolutamente oportuno, mencionando como um dos motivos para tal o favorecimento do bem-estar do animal de estimação. Ademais, entende que o projeto avança sobre o princípio da razoabilidade ao estender aos animais de estimação todas as disposições relativas à guarda previstas no Código Civil para os filhos menores ou maiores incapazes.

Em detida análise, percebe-se que, em virtude de ter a demanda batido às portas do Judiciário e ser a família multiespécie uma nova realidade nos tribunais brasileiros, há o entendimento, não só na doutrina, mas na jurisprudência e na esfera legislativa de sanar a problemática. A Ministra Isabel Gallotti, por seu turno, também ressaltou a necessidade de uma legislação específica sobre o tema<sup>59</sup>, visto que paira sobre a matéria uma grande lacuna legislativa.

Para Thaís Precoma Guimarães, “é urgente a regulamentação da legislação brasileira, com o acolhimento da diretriz já consolidada internacionalmente de que animais não podem mais ser tratados como coisas”<sup>60</sup>. A autora defende que isso

---

<sup>59</sup>“STJ se divide sobre o dever de o Judiciário regulamentar guarda de animais”. Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/stj-divide-dever-judiciario-regular-guarda-animais>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

<sup>60</sup>GUIMARÃES, Thaís Precoma. **Os direitos da família multiespécie**. Revista Bonijuris, ano 31, edição 660. Out/nov 2019, p. 258.

implicaria não só no amparo das relações afetivas formadas pela família multiespécie, mas também no abrandamento do rompimento de laços entre os tutores do animal doméstico.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atenção a todo o exposto, constata-se que, desde que os animais de companhia passaram a ser vistos como seres merecedores de tutela e proteção e foram impulsionados aos espaços de convivência íntima dos lares, surge o conceito de “Família Multiespécie”, a qual classifica-se de acordo com o sopesamento das seguintes características: reconhecimento familiar; consideração moral; apego; convivência íntima; e inclusão em rituais<sup>61</sup>. Em consequência, exigiu-se do Judiciário amparo jurídico e satisfação de lides relacionadas a este novo modelo de família, v.g., a guarda de animais de estimação na circunstância da dissolução litigiosa da sociedade ou do vínculo conjugal.

Verifica-se, outrossim, que não é incomum às decisões judiciais relacionadas a essa temática a aplicação das normas da proteção da pessoa dos filhos aos animais de estimação. Isso porque existe na legislação brasileira uma grande lacuna legislativa ao tratarmos da tutela dos animais domésticos nesses casos.

Nessa seara, a análise do ordenamento jurídico português mostrou-se pertinente ao nosso estudo, vez que contém dispositivos que cuidam dos animais como seres sencientes e com sentimento, mas não com personalidade jurídica. Ademais, é um sistema legislativo que explicita e dá providências em situações de guarda do animal de companhia em sede de divórcio, demonstrando a relevância da avaliação pelo juízo das situações fáticas, das provas colhidas e do bem-estar animal.

Finalmente, depreende-se pela urgência da criação de um amparo jurídico específico para o direito de guarda dos animais domésticos. Tal reflexão já está sendo repercutida nas esferas legislativa e judiciária, sendo a matéria alvo de Projetos de Leis e de decisões judiciais.

Aponta-se, no entanto, uma dualidade que sobrevém à realidade: ao mesmo tempo em que os animais de companhia não são mais considerados coisas pela sociedade, o Direito se mostra – e sempre se mostrou – rígido e preenchido por uma perspectiva demasiadamente antropocêntrica. Nesse sentido, não parece consentâneo que ocorra uma reinvenção imediata da legislação, em benefício dos

---

<sup>61</sup> LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-10207\\_66\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-10207_66_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019, p. 10.

animais. Isto é, a mudança do ordenamento deve se dar de maneira gradual e progressiva.

Cabe consignar que, incontestavelmente, os animais de estimação merecem o agasalho do ordenamento jurídico. Não obstante, a constituição destes em sujeitos jurídicos ou seres dotados de personalidade jurídica poderia ser um passo muito grande à nossa conjuntura jurídica. Reitera-se, assim, a percepção do Direito Português, que posiciona tais animais não apenas como seres de valores, mas também como sencientes e com sentimentos, diferenciando-os juridicamente das coisas.

O presente artigo procura evidenciar, sobretudo, a problemática enfrentada atualmente pelos tribunais brasileiros, no tocante à questão da guarda de animais domésticos. Dentro desse contexto, deduz-se que, enquanto os animais de estimação não forem encarados de maneira séria por parte do legislador, havendo omissões de tutela ou, até mesmo, uma proteção deficiente e não efetiva, o efeito dessa problemática será a insegurança jurídica e jurisprudencial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto Lei do Senado nº 542, 2018**. Dispõe sobre a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de dissolução do casamento ou da união estável. Brasília: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=122879>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto Lei nº 62, de 04 de fevereiro de 2019**. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=122879>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto Lei nº 1058, de 13 de março de 2011**. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498437>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto Lei nº 1365, de 05 de maio de 2015**. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 05 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1228779>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 out. 2019.

CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: Reconhecimento da família multiespécie?. Artigo Científico, 2015. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1052/Disputa+de+guarda+de+animais+de+companhia+em+sede+de+div%C3%B3rcio+e+dissolu%C3%A7%C3%A3o+de+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel%3A+reconhecimento+da+fam%C3%ADlia+multiesp%C3%A9cie%3F>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

COELHO, Gabriela. **STJ se divide sobre o dever de o Judiciário regulamentar guarda de animais**. In: Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/stj-divide-dever-judiciario-regular-guarda-animais>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e direito de família**: uma nova realidade. In: Revista Jus Navengandi, mar. 2018. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FARACO, Ceres Berger. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie**. Tese de doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

GOMES, Orlando. **O Novo Direito de Família**. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 1984.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Breves considerações sobre o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**. In: Revista Brasileira de Filosofia. Vol. 236, jan-jun 2011. Disponível em: <[http://www.editoramagister.com/doutrina\\_23385195\\_BREVES\\_CONSIDERACOES\\_SOBRE\\_O\\_PRINCIPIO\\_DO\\_MELHOR\\_INTERESSE\\_DA\\_CRIANCA\\_E\\_DO\\_ADOL\\_ESCENTE.aspx](http://www.editoramagister.com/doutrina_23385195_BREVES_CONSIDERACOES_SOBRE_O_PRINCIPIO_DO_MELHOR_INTERESSE_DA_CRIANCA_E_DO_ADOL_ESCENTE.aspx)>. Acesso em: 04 nov. 2019.

GONÇALVES, Thomas Nosch. **Família multiespécie e divórcio extrajudicial com guarda de animais sencientes**. In: Revista IBDFAM – Famílias e Sucessões, 30ª Ed, 2019.

GUIMARÃES, Thais Precoma. **Os direitos da família multiespécie**. Revista Bonijuris, ano 31, edição 660. Out/nov 2019. p. 258.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes et al. **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

KNOPLOCH, Carol. Brasil tem mais cachorros de estimação do que crianças, diz pesquisa do IBGE. **O Globo**, 02 jun. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-tem-mais-cachorros-de-estimacao-do-que-criancas-diz-pesquisa-do-ibge-16325739>> Acesso em: 20 nov. 2019.

LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. **Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência**. In: Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, Ano 23, n. 5383, 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64933/entidades-familiares-uma-analise-da-evolucao-do-conceito-de-familia-no-brasil-na-doutrina-e-na-jurisprudencia>>. Acesso em: 31 out. 2019.

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. **Considerações sobre a família multiespécie**. Disponível em: <[http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1020766\\_01\\_07\\_2015\\_11-07-22\\_5164.PDF](http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1020766_01_07_2015_11-07-22_5164.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

LÔBO, Paulo. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerusclausus**. In: Revista Brasileira de Direito de Família, v. 3, n. 12, jan-mar 2002, pp. 40-55. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MIRANDA, Aline de Fátima Lima Gomes de. **Os animais de estimação enquanto titulares de direitos na jurisprudência brasileira**. In: Revista Jus Navigandi, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/70880/os-animais-de-estimacao-enquanto-titulares-de-direitos-na-jurisprudencia-brasileira/3>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

NETTO, Ernesto J. Silveira. **A busca da felicidade no âmbito do direito de família e sucessões**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1286/A+busca+da+felicidade+no+%C3%A2mbito+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+e+Sucess%C3%B5es>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SIMÃO, José Fernando. **Direito dos animais**: natureza jurídica. A visão do direito civil. Revista Jurídica Luso-brasileira, v.4, ano 3, 2017

SOUZA, Fernando Speck de; SOUZA, Rafael Soeck de. **A tutela jurídica dos animais no Direito Civil Contemporâneo** (parte 3). In: Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-04/tutela-juridica-animais-direito-civil-contemporaneo-parte>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TORRES, António Jorge Martins. **A (In)Dignidade Jurídica do Animal no Ordenamento Jurídico Português**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante na Área de Ciências Jurídico-Forenses apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2016.